

A CPLP e o Mar

Adriano Moreira, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa



Não pretendo que este breve texto seja parte das lamentações, fundadas, que a brutal crise económica e financeira que sofremos provoca, pretendo antes dar alguma contribuição para a meditação, cada vez mais urgente, sobre um conceito estratégico nacional que não temos. Temos, em vez disso, e não obstante a longa e plural exigência da elaboração desse conceito, um programa de governo cujas linhas gerais foram definidas em acordo com a chamada Troika, e cujo cumprimento condiciona, segundo alguma crítica, a própria viabilidade do país.

Todos temos notado que a sensibilidade de muitos portugueses está afectada pelo facto de tal acordo ser um verdadeiro programa de governo, cuja natureza contratual não esconde que se trata de uma imposição do exterior. Haveremos certamente de concordar em que não é lisonjeiro para a dignidade nacional que assim aconteça, mas atrevo-me a sugerir que a dignidade nacional será mais ofendida pela incapacidade de ultrapassar a situação do que pela acumulada incapacidade de vários governos que a ela conduziram. Por isso, o primeiro elemento do conceito estratégico nacional, que as circunstâncias não dispensam, é conseguir ultrapassar a condição em que fomos colocados, numa Europa que corre o risco, ela própria, de não conseguir realizar o projecto de unidade que orientou os seus grandes líderes do fim da segunda guerra mundial de 1939-1945.

Impedir que o projecto enfraqueça, dando razão aos que já vaticinam o seu fim, ou o aconselham, tem muito que ver com os demónios interiores da Europa que esgotou as suas capacidades imperiais, não por ter aderido a bons princípios, o que também aconteceu, mas porque delapidou nas guerras civis interiores, a que chamou mundiais, os recursos de que dispunha:

hoje é um território dependente de matérias-primas, de energias não-renováveis, e até de autonomia alimentar.

Tem fundamento confiar na sua capacidade científica e técnica, mas nenhuma para adoptar o conceito de Otucker segundo o qual “o homem instruído de amanhã deverá preparar-se para viver num mundo globalizado, que será um mundo ocidentalizado”.

Talvez seja mais prudente, visto que não esquecemos o globalismo, ponderar que a livre circulação do saber e da técnica, sem regulação ética, não pode deixar de afectar as lideranças globais de poder, porque já hoje não coincidem necessariamente a balança militar, a balança do saber e da técnica, a balança financeira e económica, e até a balança cultural.

Um facto que talvez possa contribuir, se tiver lugar nas meditações, para que a Europa medite mais profundamente nas suas debilidades, que os EUA consintam em inclinar-se e reconhecer que a acompanhar, evitando que a anarquia da governança mundial atinja mais duramente a governança já conseguida para o espaço europeu.

É evidente que o Tratado de Lisboa não parece ser um exemplo de harmonia interna a consagrar, porque, como os factos já comprovaram, não pareceu fácil coordenar as competências do Presidente do Conselho Europeu, com a competência da Comissão Europeia e a competência do Parlamento, nem a da Representante Especial para os Negócios Estrangeiros e Segurança com a dupla pertença ao Conselho e à Comissão; e sobretudo não pareceu fácil enquadrar, na disciplina jurídica em vigor, o facto de a Chanceler da Alemanha, com a companhia mais débil do Presidente da França, parecer entender que pode fazer emergir um poder directório, do qual busca tomar evidentemente o comando.

Todos notamos que a sua posição eleitoral

está enfraquecida, mas isso não é motivo para se dedicar à elaboração de uma antropologia do sul europeu, considerando-nos amigos das férias, do sol, dos lazeres, das reformas precoces e do envelhecimento retardado, preguiçosos, pouco trabalhadores, em suma a necessitar de tutela. Não é este o lugar, nem seria delicado, apreciar as capacidades da Chanceler na área da antropologia a que se dedicou, mas não é possível deixar de lembrar que foi a solidariedade desta Europa, que ela divide entre ricos e pobres, aplicados e descuidados, que salvaguardou a liberdade da Alemanha Ocidental, que empurrou o Muro de Berlim até que caiu, que lhe forneceu a possibilidade da reunificação, que lhe fez o favor de a dispensar de despesas militares durante apreciável tempo, e que fez isto sem ter quaisquer responsabilidades na destruição da Europa, por duas vezes, na mesma geração. Tudo isto nos encaminha para reconhecer que o risco de o projecto europeu ser atingido seriamente existe, que é errado imaginar que apenas a Europa e não todo o Ocidente é que está em decadência, quando os observadores deste Ocidente geralmente reconhecem, como sinais de fraqueza, o facto de o projecto Obama não ter conseguido vencer as dificuldades estruturais com que se encontrou, depois dos discursos da propaganda, ao sentar-se na Sala Oval, com o acentuar da lembrança de que o mar histórico americano é o Pacífico e o Atlântico uma necessidade estratégica, com o esforço político dirigido em direcção à China e ao Japão com esquecimento dos direitos humanos e da marca histórica da guerra atómica, com o frequente conflito entre o americanismo e o europeísmo, e com a debilidade crescente dos EUA em face dos poderes emergentes com que procura entender-se, sem conseguir colocar um ponto final nas guerras que enfrenta. Sem omitir que um erro irremediável será deixar aprofundar a distância entre o americanismo e o europeísmo, vamos concentrar-nos no facto de que, em relação às superpotências que sobram, ou países-baleias como os demógrafos sem vocação poética lhes chamam, exemplos sendo a China e União Indiana, o *regionalismo* tem um papel a desempe-

nhar no futuro, e não apenas afectando por exemplo a unidade de Estados como a Espanha, a Bélgica, a Jugoslávia, e talvez o Reino Unido, mas antes unificando e exigindo a solidariedade de *grandes áreas* não liquidadoras das especificidades culturais, mas com grandes linhas de identidades e interesses. É esse o caso, não único, da Europa, também são exemplos, diferentes nos objectivos, a ALÉNA* entre os EUA, o México e o Canadá, o Mercosul que reúne a Argentina, o Brasil, o Uruguai e o Paraguai, mas sendo a Europa o exemplo mais adiantado.

Cometeu esta Europa erros tremendos no alargamento sem plano prévio de governança, comete igual erro se quiser uma segurança e defesa autónomas sem estudos de fronteiras amigas, mas poderosas, e se, com optimismo moderado, não entender que foi com erros vencidos com emendas que deu os passos até à forma presente, agora em risco.

Para bem da Europa e dos seus membros, além da vigilância, sem descuidos, dos demónios interiores, cada membro não perde nem o direito, e na circunstância presente, nem o dever, de lutar pela afirmação de janelas de liberdade que assegurem e fortaleçam a sua posição no globalismo avassalador, que já lhe fez cair uma parte do território na geografia da pobreza e a colocou no embate com o tufão do Mediterrâneo.

Portugal está numa posição nessa área marítima em que me parece de primeira evidência que se não for ter com o Mar é o Mar que vem ter com ele, e a iniciativa parece a decisão mais apropriada. E é neste ponto que a sua ligação com a CPLP parece exigir valorização e fortalecimento. Em primeiro lugar notando a evidência de que todos os Estados da CPLP são marítimos, que todos são Estados em vias de desenvolvimento e a maioria pobres, uma condição que a todos obriga à necessidade de viverem *sobre a terra e sobre o mar*, um imperativo que espero que escape aos revisores do Hino Nacional português, e que não voltem a cometer erros como foi o de transferir à Comissão Euro-

* Designada como NAFTA na sigla inglesa

O primeiro elemento do conceito estratégico nacional, que as circunstâncias não dispensam, é conseguir ultrapassar a condição em que fomos colocados, numa Europa que corre o risco, ela própria, de não conseguir realizar o projecto de unidade que orientou os seus grandes líderes do fim da segunda guerra mundial de 1939-1945.

Talvez seja mais prudente ponderar que a livre circulação do saber e da técnica, sem regulação ética, não pode deixar de afectar as lideranças globais de poder, porque já hoje não coincidem necessariamente a balança militar, a balança do saber e da técnica, a balança financeira e económica, e até a balança cultural.

Tudo isto nos encaminha para reconhecer que o risco de o projecto europeu ser atingido seriamente existe, que é errado imaginar que apenas a Europa e não todo o Ocidente é que está em decadência, com o acentuar da lembrança de que o mar histórico americano é o Pacífico e o Atlântico uma necessidade estratégica, com o esforço político dirigido em direcção à China e ao Japão.

Cometeu esta Europa erros tremendos no alargamento sem plano prévio de governança, comete igual erro se quiser uma segurança e defesa autónomas sem estudos de fronteiras amigas, mas poderosas, e se, com optimismo moderado, não entender que foi com erros vencidos com emendas que deu os passos até à forma presente, agora em risco.

peia a gestão dos recursos vivos do Oceano que nos pertence.

Se tivermos em mente que todos e cada um desses Estados de Língua Portuguesa não pode esquecer, além do conceito estratégico alimentar que manda não abandonar os campos, como entre nós aconteceu, nem os saberes complexos e as capacidades irrenunciáveis de recorrer aos recursos do mar, talvez possamos encontrar alguma via de valorizar a condição comum da maritimidade.

Não poderá ignorar-se que nesse domínio de projectos o Brasil tem de ver reservada, e aceite se assim decidir, uma capacidade de liderar consensos, mas a unidade não deverá nem esquecer-se, nem perder-se, na área das batalhas difíceis pelos direitos que se articulam da maritimidade e da escassez de recursos; e que, por outro lado, os saberes, não apenas das águas, mas também das plataformas continentais, são de um valor crescente, e a responsabilidade das sedes de formação e informação admitem experimentadas formas de cooperação, a começar pela experiência do método do Erasmo que aqui teria uma considerável contribuição portuguesa; finalmente, os transportes marítimos continuam a ter um papel fundamental, e crescente, na economia global, e esses meios dispendiosos, incluindo os saberes, não estão facilmente ao dispor dos países em desenvolvimento, ou pobres se quisermos usar uma linguagem mais simples, mas a união *dos que não tem poder* é uma experiência vivida nos tempos difíceis que atravessamos.

Por muito que se esforcem os especialistas do milagre liberal, o certo é que, como notou o também economista Louis Gill, professor jubilado da Universidade de Québec em Montreal, “do círculo polar ártico ao Golfo Árabe-Persa, da Islândia aos Emirados Árabes Unidos, passando pela Irlanda e pelo ex-bloco soviético, a crise financeira, que se propagou através do mundo depois do Verão de 2007 para atingir o seu ponto alto no Outono de 2008, já levou vários Estados à falência”. Portugal tem experiência de acabar cada um dos seus impérios na situação de falência: foi assim com a Índia, foi assim com o Brasil, está sendo assim com o

acompanhamento inevitável do fim Império Euromundista. Mas talvez não exista exemplo de um dos parceiros, que fomos, desse último Império, ter tão rapidamente construído um instrumento de solidariedade e cooperação como é a CPLP.

Sei que é uma expressão ousada, mas não me ocorre outra que exprima mais claramente a avaliação que esta vizinhança do mar faz nascer para o alargamento da solidariedade e cooperação dos países da mesma língua portuguesa: uma bandeira da CPLP, isto é, uma participação política, económica, e científica, em transportes marítimos que permita a todos beneficiar da importância crescente dessa via de comunicação. Não me atrevo a ir mais longe na meditação desta lembrança, até porque o fim do milagre liberal recomenda contenção na proposta de remediar e sair da situação em que nos encontramos, todos dentro da geografia da pobreza. Não dispunham de grande riqueza os infantes que animaram o Pai a dirigir o país para o mar. Não tem muito mais directivas para os filhos, os pais de hoje, para os que decidirem ficar, do que apontar-lhes o caminho de viver, tendo como plataforma a fortalecer, para enfrentar o globalismo, a terra e o mar que ainda nos pertence.

Não ignorarei neste tema, o multiculturalismo, que emergiu e cresceu ao mesmo tempo que o globalismo derrubava as fronteiras geográficas e as suas defesas, movimentava deslocações descontroladas de populações em busca das possibilidades de exercer o direito natural de se alimentar e salvaguardar o direito fundamental de se manterem vivas, dando forma nova e mais desafiante ao passado de multiculturalismo dos regimes coloniais e dos Estados que abrigam minorias não integradas.

No modelo colonial, que foi objecto do programa de descolonização da ONU, a proeminência, de regra ocidental, olhava as populações submetidas como se fossem uma cera mole que seria transformada pelos modelos de comportamento do colonizador, com o poder político a impor uma obediência tranquila.

Na entrada do milénio em que nos encontramos, os factos mostraram que a passividade escondia a revolta pela

incapacidade de reagir, a oportunidade de falar em liberdade na cena internacional demonstrou a vitalidade das várias áreas culturais, a agressão do fraco ao forte, como aconteceu no 11 de Setembro, teve uma eficácia inesperada.

Ao mesmo tempo, as massas que se instalam nos territórios das antigas metrópoles coloniais, frequentemente se organizam criando o modelo de colónias interiores, salvaguardando deste modo, por decisão ou imposição das circunstâncias, a sua diferença alertada e agressiva, exigindo simultaneamente o tratamento igual da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que faz parte do legado ocidental ao resto do mundo.

A perplexidade das sociedades civis ocidentais, e a incerta linha de resposta dos governos, como repetidamente aconteceu em França, são desafios à regularidade de funcionamento das sociedades de confiança, de confiança entre os cidadãos na vida civil contratualizada, de confiança da sociedade civil na relação com o poder político instalado.

O cosmopolitismo, no sentido um pouco desviado das raízes estóicas que apontam para um Estado-Mundial de criaturas racionais, e que espera a capacidade de aceitar com harmonia os costumes, as políticas sociais, a linguagem, de qualquer cidade ao redor da terra, e até de incorporar os valores que lhe presidem, perde vigência e relevo quando é o multiculturalismo animador eventual da violência, esta acrescida da falta de políticas eficazes de acolhimento, e de integração, que relança antigas angústias, não apenas dos que chegam, também dos que recebem.

Lembremos o famoso livro de Knut Hamsun, *La Faim* (1890), ao descrever o que chama a fome como o espanto ou a angústia de cada um, ao sentir-se vítima dos desafios de uma realidade cheia de contradições, “forçado a deixar-se desfigurar vivendo, unicamente pela fome” que se traduz neste projecto constante: “Sim, mas que fazer?... Bato muitas vezes com os pés no chão, repetindo: que fazer, que fazer?”. Mais perto de nós, quando René Guénon escreveu *La Crise du Monde Moderne* (1927), advertiu que o materialismo ocidental não encontrará as respostas sem se

debruçar, como na sabedoria oriental, para o domínio da vida íntima, seguido de uma série de escritores que criticaram o racionalismo cartesiano, e apontaram para o pensamento complexo exigido pelos avanços sem precedente da ciência. Talvez Aldous Huxley, na sua *Philosophie éternelle* (1945) seja um dos escritores que apreendeu a crise que então se aproximava, e agora está instalada, levando ao envolvimento de Deus na luta armada, como pratica o terrorismo global, ao contrário do conceito de Ruysbraek, que Huxley cita: “nós vimos de Deus, e estamos no exílio; e é porque a nossa capacidade de afeição tende para Deus que temos consciência desta situação de exílio”.

Não temos certezas quanto ao facto do multiculturalismo desordenado europeu não ter efeitos iguais na Península. Mas internacionalmente, a CPLP tem na língua, que não é nossa, também é nossa, um cimento que nenhum outro antigo membro do Euromundo conseguiu. A maneira portuguesa de estar no mundo, é mais um apoio para a solidariedade exigida para esta união de esforços a favor de um futuro em paz e desenvolvimento, de povos todos marítimos, todos experientes da necessidade, no mundo que lhes aconteceu nesta viragem do milénio, de não esquecerem que a sua plataforma de arranque está *sobre a terra e sobre o mar* quando a fronteira da pobreza ganhou um movimento que obriga todos e cada um a procurar resposta solidária para a pergunta de Hamsun: que fazer, que fazer? Ao escolher este tema tive a intenção de chamar a atenção e justiça para o que já devemos à Universidade dos Açores sobre o conhecimento da Plataforma Continental, que é uma janela de liberdade, e também ao próprio Instituto Superior Técnico. O mar foi destino, mas também é futuro. Lembrar isto nos Açores é falar junto ao coração do projeto. Falar disto num congresso de engenharia é falar do futuro em boas mãos. ■

Publicação inédita da palestra proferida na Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros em 16 de Junho de 2012.

O autor não escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Se tivermos em mente que todos e cada um desses Estados de Língua Portuguesa não pode esquecer, além do conceito estratégico alimentar que manda não abandonar os campos, como entre nós aconteceu, nem os saberes complexos e as capacidades irrenunciáveis de recorrer aos recursos do mar, talvez possamos encontrar alguma via de valorizar a condição comum da maritimidade.

A CPLP tem na língua, que não é nossa, também é nossa, um cimento que nenhum outro antigo membro do Euromundo conseguiu. A maneira portuguesa de estar no mundo, é mais um apoio para a solidariedade exigida para esta união de esforços a favor de um futuro em paz e desenvolvimento, de povos todos marítimos, todos experientes da necessidade, no mundo que lhes aconteceu nesta viragem do milénio, de não esquecerem que a sua plataforma de arranque está sobre a terra e sobre o mar.